PREFEITURA RIO | Saúde

TERMO DE CONTRATO

CCON - 2505660

Termo de Contrato celebrado entre o MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, por meio da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, como CONTRATANTE, e a DATA CORPORE SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES E INFORMATICA LTDA como CONTRATADA, para prestações de serviços na forma abaixo.

Aos dias 26 do mês de maio do ano de 2025, na Rua Afonso Cavalcanti, nº 455, Bloco I, 7º Andar, Cidade Nova, Rio de janeiro/RJ, o **MUNICÍPIO DO RIO DEJANEIRO,** por meio da **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE,** a seguir denominado **CONTRATANTE,** representado pelo Sr. **JORGE LUIZ MEDEIROS ROCHA,** Assessor Especial, matrícula 11/226.802-7, como substituto do Subsecretário de Gestão e a sociedade DATA CORPORE SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES INFORMATICA LTDA, estabelecida na Rua Dom Geraldo, 35 – 6º Andar – Centro, Rio de Janeiro/RJ, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ sob o nº 08.210.265/0001-26, a seguir denominada **CONTRATADA,** neste ato representa da por **Gustavo Domingos da Cunha Lopes,** brasileiro, documento de identidade nº 02.366.868.592, inscrita no CPF sob o nº 027.080.024-73 têm justo e acordado o presente Contrato, que é celebrado em decorrência do resultado do PREGÃO ELETRÔNICO PE–RP–FP/SUBGGC Nº 90447/2024, realizado por meio do processo administrativo nº SMF-PRO-2023/10227 de 30/06/2023, que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Este Contrato se rege por toda a legislação aplicável à espécie, que desde já se entende como referida no presente termo, especialmente pelas normas de caráter geral da **Lei Federal nº 14.133/2021,** pela **Lei Complementar Federal nº 123/2006** – Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, pela **Lei Complementar Federal nº 101/2000** – Lei de Responsabilidade Fiscal, pelo Código de Defesa do Consumidor, instituído pela **Lei Federal nº 8.078/1990** e suas alterações, pelo Código de

Assinado com senha por JORGE LUIZ MEDEIROS ROCHA - ASSESSOR II / 31471 - 26/05/2025 às 17:00:52, MARIA CAROLINA MAIA PACHECO BARBALHO - Testemunha 2 / 44017 - 26/05/2025 às 17:43:59 e ROBERTA LOPES MAGALHAES DE MATOS - Testemunha 1 / 44017 - 26/05/2025 às 18:31:54.
Documento Nº: 10493006-5244 - consulta à autenticidade em https://acesso.processo.rio/sigaex/public/app/autenticar?n=10493006-5244

SIGA

Administração Financeira e Contabilidade Pública do Município do Rio de Janeiro – **CAF**, instituído pela Lei nº 207/1980, e suas alterações, ratificadas pela Lei Complementar nº 1/1990, pelo Regulamento Geral do Código supra citado – **RGCAF**, aprovado pelo Decreto Municipal nº 3.221/1981, e suas alterações, pela **Lei Municipal nº 2.816/1999, Lei Municipal nº 4.978/2008** e pelos **Decretos Municipais nº 17.907/1999, 18.835/2000, 21.083/2002,21.253/2002,22.136/2002,27.715/2007,31.349/2009,40.285/2015 c/c 48.365/2021,40.286/2015, 49.415/2021e 51.260/2022**, com suas alterações posteriores, bem como pelos preceitos de Direito Público, pelas regras constantes do Edital e de seus Anexos, pela Proposta da CONTRATADA e pelas disposições deste Contrato. A CONTRATADA declara conhecer todas essas normas e concorda em se sujeitar às suas estipulações, sistema de penalidades e demais regras delas constantes, ainda que não expressamente transcritas neste instrumento, incondicional e irrestritamente.

CLÁUSULA SEGUNDA – OBJETO

O objeto do presente Contratoé a **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ACESSO A INTERNET E INTRANET PARA UNIDADES DA PCRJ DISTRIBUÍDAS EM TRÊS SERVIÇOS E ONZE ITENS**, devidamente descritos, caracterizados e especificados no Termo de Referência (Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico nº 90447/2024), na forma abaixo descrita:

Parágrafo Único – O objeto do Contrato será executado com obediência rigorosa, fiel e integral de todas as exigências, normas, itens, elementos, condições gerais e especiais, contidos no processo administrativo nº SMF-PRO-2023/10227 de 30/06/2023, no Termo de Referência, em detalhes e informações fornecidas pelo CONTRATANTE, bem como nas normas técnicas para a execução dos serviços.

CLÁUSULA TERCEIRA – VALOR

O valor total do presente Contrato é de R$ 546.480,00 (Quinhentos e quarenta e seis mil, Quatrocentos e oitenta reais), correspondendo a uma despesa mensal estimada de R$ 22.770,00 (Vinte e dois mil e Setecentos e setenta reais).

Assinado com senha por JORGE LUIZ MEDEIROS ROCHA - ASSESSOR II / 31471 - 26/05/2025 às 17:00:52, MARIA CAROLINA MAIA PACHECO BARBALHO - Testemunha 2 / 44017 - 26/05/2025 às 17:43:59 e ROBERTA LOPES MAGALHAES DE MATOS - Testemunha 1 / 44017 - 26/05/2025 às 18:31:54.
Documento Nº: 10493006-5244 - consulta à autenticidade em https://acesso.processo.rio/sigaex/public/app/autenticar?n=10493006-5244

SIGA

CLÁUSULA QUARTA – FORMA E PRAZO DE PAGAMENTO

Os pagamentos serão efetuados à CONTRATADA após a regular liquidação da despesa, nos termos do **art. 63 da Lei Federal nº 4.320/1964**, observado o disposto nos **arts. 140 e 141 da Lei Federal nº 14.133/2021**, em 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do documento de cobrança na Secretaria Municipal de Saúde.

Parágrafo Primeiro– Para fins de **medição**, se for o caso, e faturamento, o período–base de medição do **serviço prestado** será de um mês, considerando–se o mês civil, podendo no primeiro mês e no último, para fins de acerto de contas, o período se constituir em fração do mês, considerado para esse fim o mês com 30 (trinta) dias.

Parágrafo Segundo – O documento de cobrança será apresentado à Fiscalização, para atestação, e, após, protocolado na Secretaria Municipal de Saúde.

Parágrafo Terceiro –A CONTRATADA deverá apresentar juntamente com o documento de cobrança, os comprovantes de recolhimento do **FGTS** e **INSS** de todos os empregados atuantes no contrato, assim como Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – **CNDT** ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com efeito negativo válida, declaração de regularidade trabalhista, *declaração [a ser exigida nos contratos com cooperativa versando o fornecimento de mão–de–obra] de observância das normas de saúde e segurança do trabalho* e documentos exigidos pelas normas de liquidação das despesas aplicáveis.

Parágrafo Quarto – O pagamento à CONTRATADA será realizado em razão do(s) serviços/fornecimento efetivamente executados e aceitos no período–base mencionado no parágrafo primeiro.

Parágrafo Quinto –No caso de erro nos documentos de faturamento ou cobrança, estes serão devolvidos à CONTRATADA para retificação ou substituição, passando o prazo de pagamento a fluir, então, a partir da reapresentação válida desses documentos.

Parágrafo Sexto – O valor dos pagamentos eventualmente efetuados com atraso, desde que não decorra de fato ou ato imputável à CONTRATADA, sofrerá a incidência de juros

Assinado com senha por JORGE LUIZ MEDEIROS ROCHA - ASSESSOR II / 31471 - 26/05/2025 às 17:00:52, MARIA CAROLINA MAIA PACHECO BARBALHO - Testemunha 2 / 44017 - 26/05/2025 às 17:43:59 e ROBERTA LOPES MAGALHAES DE MATOS - Testemunha 1 / 44017 - 26/05/2025 às 18:31:54.
Documento Nº: 10493006-5244 - consulta à autenticidade em https://acesso.processo.rio/sigaex/public/app/autenticar?n=10493006-5244

SIGA

e correção monetária, de acordo com a variação da Taxa Selic aplicável à mora da Administração Pública, *pro rata die* entre o 31° (trigésimo primeiro) dia da data do protocolo do documento de cobrança na Secretaria Municipal de Saúde e a data do efetivo pagamento, limitados a 12% ao ano.

Parágrafo Sétimo – O pagamento será efetuado à CONTRATADA por meio de crédito em conta corrente aberta em banco a ser indicado pelo CONTRATANTE, a qual deverá ser cadastrada junto à Coordenação do Tesouro Municipal.

CLÁUSULA QUINTA – REAJUSTE

Somente ocorrerá reajustamento do Contrato decorrido o prazo de **24 (vinte e quatro) meses**contados da data do orçamento estimado, observada a Lei Federal nº 10.192, de 14 de fevereiro de 2001.

Parágrafo Primeiro – Os preços serão reajustados de acordo com a variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial – IPCA–E do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, calculado por meio da seguinte fórmula:

R = Po [(I–Io)/Io]

Onde:

R = valor do reajuste;

I = índice IPCA–E mensal relativo ao mês anterior ao de aniversário do Contrato;

Io = índice do IPCA–E mensal relativo ao mês anterior ao da apresentação da Proposta; Po = preço unitário contratual, objeto do reajustamento.

Parágrafo Segundo – Caso o índice previsto neste Contrato seja extinto ou de alguma forma não possa mais ser aplicado, será adotado outro índice que reflita a perda do poder aquisitivo da moeda. Neste caso, a variação do índice deverá ser calculada por meio da fórmula consignada no parágrafo anterior.

[No caso de regime de dedicação exclusiva de mão de obra ou predominância de mão de obra, incluir os seguintes parágrafos:]

Assinado com senha por JORGE LUIZ MEDEIROS ROCHA - ASSESSOR II / 31471 - 26/05/2025 às 17:00:52, MARIA CAROLINA MAIA PACHECO BARBALHO - Testemunha 2 / 44017 - 26/05/2025 às 17:43:59 e ROBERTA LOPES MAGALHAES DE MATOS - Testemunha 1 / 44017 - 26/05/2025 às 18:31:54.
Documento Nº: 10493006-5244 - consulta à autenticidade em https://acesso.processo.rio/sigaex/public/app/autenticar?n=10493006-5244

SIGA

Parágrafo Quarto – Observado o interregno mínimo de 1 (um) ano, o critério de reajustamento será por repactuação, quando houver regime de dedicação exclusiva de mão de obra ou predominância de mão de obra, mediante demonstração analítica da variação dos custos.

Parágrafo Quinto – A repactuação terá data vinculada à apresentação das propostas, para os custos decorrentes do mercado, e com data vinculada ao acordo, à convenção coletiva ou ao dissídio coletivo ao qual o orçamento esteja vinculado, para os custos decorrentes da mão de obra.

CLÁUSULA SEXTA – REEQUILÍBRIO ECONÔMICO–FINANCEIRO

Caso o CONTRATADO requeira reequilíbrio econômico–financeiro do contrato, fica o CONTRATANTE obrigado a responder em até 90 (Noventa) dias, da data do requerimento ou da data em que forem apresentados todos os documentos necessários à apreciação do pedido.

CLÁUSULA SÉTIMA – FORMA DE EXECUÇÃO

A forma de prestação dos serviços objeto do presente contrato, obedecerá ao Termo de Referência (Anexo Ido Edital de Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 90447/2024).

CLÁUSULA OITAVA – FISCALIZAÇÃO

A CONTRATADA submeter–se–á a todas as medidas e procedimentos de Fiscalização. Os atos de fiscalização, inclusive inspeções e testes, executados pelo CONTRATANTE e/ou por seus prepostos, não eximem a CONTRATADA de suas obrigações no que se refere ao cumprimento das normas, especificações e projetos, nem de qualquer de suas responsabilidades legais e contratuais.

Parágrafo Primeiro – A Fiscalização da prestação dos serviços caberá a comissão designada por ato da Secretaria Municipal de Saúde. Incumbe à Fiscalização a prática de todos os atos que lhe são próprios nos termos da legislação em vigor, respeitados o

Assinado com senha por JORGE LUIZ MEDEIROS ROCHA - ASSESSOR II / 31471 - 26/05/2025 às 17:00:52, MARIA CAROLINA MAIA PACHECO BARBALHO - Testemunha 2 / 44017 - 26/05/2025 às 17:43:59 e ROBERTA LOPES MAGALHAES DE MATOS - Testemunha 1 / 44017 - 26/05/2025 às 18:31:54.
Documento Nº: 10493006-5244 - consulta à autenticidade em https://acesso.processo.rio/sigaex/public/app/autenticar?n=10493006-5244

SIGA

contraditório e a ampla defesa.

Parágrafo Segundo – A CONTRATADA declara, antecipadamente, aceitar todas as decisões, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pelo CONTRATANTE, se obrigando a fornecer os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que este necessitar e que forem considerados necessários ao desempenho de suas atividades.

Parágrafo Terceiro – A CONTRATADA se obriga a permitir que o pessoal da fiscalização do CONTRATANTE acesse quaisquer de suas dependências, possibilitando o exame das instalações e também das anotações relativas aos equipamentos, pessoas e materiais, fornecendo, quando solicitados, todos os dados e elementos referentes à execução do contrato.

Parágrafo Quarto – Compete à CONTRATADA fazer minucioso exame da execução dos serviços, de modo a permitir, a tempo e por escrito, apresentar à Fiscalização, para o devido esclarecimento, todas as divergências ou dúvidas porventura encontradas e que venham a impedir o bom desempenho do Contrato. O silêncio implica total aceitação das condições estabelecidas.

Parágrafo Quinto – A atuação fiscalizadora em nada restringirá a responsabilidade única, integral e exclusiva da CONTRATADA no que concerne aos serviços contratados, à sua execução e às consequências e implicações, próximas ou remotas, perante o CONTRATANTE, ou perante terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de eventuais irregularidades na execução contratual não implicará corresponsabilidade do CONTRATANTE ou de seus prepostos.

CLÁUSULA NONA – GARANTIA

A CONTRATADA prestou garantia na modalidade de **Apólice Seguro Garantia** no valor de R$ 10.929,60 (Dez mil, Novecentos e vinte e nove reais e Sessenta centavos) equivalente a 2% (dois por cento) do valor total doContrato.

Parágrafo Primeiro – A Secretaria Municipal de Saúde se utilizará da garantia para

Assinado com senha por JORGE LUIZ MEDEIROS ROCHA - ASSESSOR II / 31471 - 26/05/2025 às 17:00:52, MARIA CAROLINA MAIA PACHECO BARBALHO - Testemunha 2 / 44017 - 26/05/2025 às 17:43:59 e ROBERTA LOPES MAGALHAES DE MATOS - Testemunha 1 / 44017 - 26/05/2025 às 18:31:54.
Documento Nº: 10493006-5244 - consulta à autenticidade em
https://acesso.processo.rio/sigaex/public/app/autenticar?n=10493006-5244

SIGA

assegurar as obrigações associadas ao Contrato, podendo recorrer a esta inclusive para cobrar valores de multas eventualmente aplicadas e ressarcir-se dos prejuízos que lhe forem causados em virtude do descumprimento das referidas obrigações. Para reparar esses prejuízos, poderá a CONTRATANTE ainda reter créditos.

Parágrafo Segundo – Os valores das multas impostas por descumprimento das obrigações assumidas no Contrato serão **descontados da garantia** caso não venham a ser quitados no prazo de **03 (três) dias úteis**, contados da ciência da aplicação da penalidade. Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a CONTRATADA pela diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

Parágrafo Terceiro – Em caso de extinção do contrato decorrente de falta imputável à CONTRATADA, a garantia reverterá integralmente ao CONTRATANTE, que promoverá a cobrança de eventual diferença que venha a ser apurada entre o importe da garantia prestada e o débito verificado.

1) **Caso seja utilizada garantia modalidade de Caução em Dinheiro (art. 96, § 1º, I, 1ª parte, da Lei Federal nº 14.133/2021):**

Parágrafo Quarto – Na hipótese de **descontos dagarantia** a qualquer título, seu valor original deverá ser integralmente recomposto no prazo de **7 (sete) dias úteis**, exceto no caso da cobrança de valores de multas aplicadas, em que esse será de **48 (quarenta e oito) horas**, sempre contados da utilização ou da notificação pela Secretaria Municipal de Saúde , o que ocorrer por último, sob pena de rescisão administrativa do Contrato.

Parágrafo Quinto – Sempre que houver alteração do valor do Contrato, de acordo com o art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021, a garantia será complementada no prazo de **7 (sete) dias úteis** do recebimento, pela CONTRATADA, do correspondente aviso, sob pena de aplicação das **sanções previstas neste Contrato**.

Parágrafo Sexto – A garantia contratual só será liberada ou restituída com o integral cumprimento do Contrato, mediante ato liberatório da autoridade contratante, de acordo

Assinado com senha por JORGE LUIZ MEDEIROS ROCHA - ASSESSOR II / 31471 - 26/05/2025 às 17:00:52, MARIA CAROLINA MAIA PACHECO BARBALHO - Testemunha 2 / 44017 - 26/05/2025 às 17:43:59 e ROBERTA LOPES MAGALHAES DE MATOS - Testemunha 1 / 44017 - 26/05/2025 às 18:31:54.
Documento Nº: 10493006-5244 - consulta à autenticidade em https://acesso.processo.rio/sigaex/public/app/autenticar?n=10493006-5244

SIGA

com o **art. 465 do RGCAF** e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente.

2) **Caso seja utilizada garantia na modalidade de Seguro–Garantia (art. 96, § 1º, II, da Lei Federal nº 14.133/2021)**

Parágrafo Quarto– A apólice deverá ter vigência idêntica ao prazo do contrato, acrescido de 90 (Noventa) dias para apuração de eventual inadimplemento da Contratada — ocorrido durante a vigência contratual — e para a comunicação do inadimplemento à seguradora, com cláusula de renovação até a extinção das obrigações da CONTRATADA, vinculada à reavaliação do risco.

Parágrafo Quinto– A apólice deverá conter disposição expressa de obrigatoriedade de a seguradora informar ao CONTRATANTE e à CONTRATADA, em até 30 (trinta) dias antes do prazo final da validade, se a apólice será ou não renovada.

Parágrafo Sexto –No caso de a seguradora não renovar a apólice de seguro–garantia, a Contratada deverá apresentar garantia de valor e condições equivalentes, para aprovação do Contratante, antes do vencimento da apólice, independentemente de notificação, sob pena de caracterizar–se inadimplência e serem aplicadas as penalidades cabíveis.

Parágrafo Sétimo –As apólices emitidas não poderão conter obrigações, restrições ou disposições que contrariem as disposições do presente CONTRATO e deverão conter declaração expressa da companhia seguradora, da qual conste que conhece integralmente este contrato.

Parágrafo Oitavo – A CONTRATADA encaminhará ao Contratante cópia autenticada das apólices de seguro, antes da assinatura do contrato,

Parágrafo Nono –A apólice deverá ser emitida por seguradora autorizada a funcionar no Brasil pela SUSEP – Superintendência de Seguros Privados, – fato que deverá ser atestado mediante apresentação, junto com a apólice, da Certidão de Regularidade expedida pela SUSEP.

Assinado com senha por JORGE LUIZ MEDEIROS ROCHA - ASSESSOR II / 31471 - 26/05/2025 às 17:00:52, MARIA CAROLINA MAIA PACHECO BARBALHO - Testemunha 2 / 44017 - 26/05/2025 às 17:43:59 e ROBERTA LOPES MAGALHAES DE MATOS - Testemunha 1 / 44017 - 26/05/2025 às 18:31:54.
Documento Nº: 10493006-5244 - consulta à autenticidade em https://acesso.processo.rio/sigaex/public/app/autenticar?n=10493006-5244

SIGA

Parágrafo Décimo – Sempre que houver alteração do valor do Contrato, de acordo com o art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021, a garantia será complementada no prazo de **7 (sete) dias úteis** do recebimento, pela CONTRATADA, do correspondente aviso, sob pena de aplicação das **sanções previstas neste Contrato**.

Parágrafo Décimo Primeiro – A garantia contratual só será liberada ou restituída com o integral cumprimento do Contrato, mediante ato liberatório da autoridade contratante, de acordo com **o art. 465 do RGCAF**.

3) **Caso seja utilizada a garantia na modalidade Fiança–Bancária (art. 96, § 1º, III, da Lei Federal nº 14.133/2021):**

Parágrafo Quarto– A fiança bancária formalizar–se–á através de carta de fiança fornecida por instituição financeira devidamente autorizada a operar no país pelo Banco Central do Brasil.

Parágrafo Quinto – A fiança bancária será apresentada com firma devidamente reconhecida em cartório, exceto no caso de documento emitido por via digital, cuja autenticidade pode ser aferida junto aos certificadores digitais devida e legalmente autorizados.

Parágrafo Sexto – A fiança bancária deverá ter prazo de validade correspondente ao período de vigência deste contrato, acrescido de 90 (Noventa) dias para apuração de eventual inadimplemento da CONTRATADA — ocorrido durante a vigência contratual — e para a comunicação do inadimplemento à instituição financeira.

Parágrafo Sétimo – No instrumento de fiança bancária constará renúncia expressa do fiador ao benefício de ordem e aos direitos previstos nos arts. 827 e 838 do Código Civil Brasileiro, bem como sua expressa afirmação que, como devedor solidário, fará o pagamento ao Contratante, independentemente de interpelação judicial, caso o afiançado não cumpra suas obrigações.

Assinado com senha por JORGE LUIZ MEDEIROS ROCHA - ASSESSOR II / 31471 - 26/05/2025 às 17:00:52, MARIA CAROLINA MAIA PACHECO BARBALHO - Testemunha 2 / 44017 - 26/05/2025 às 17:43:59 e ROBERTA LOPES MAGALHAES DE MATOS - Testemunha 1 / 44017 - 26/05/2025 às 18:31:54.
Documento Nº: 10493006-5244 - consulta à autenticidade em https://acesso.processo.rio/sigaex/public/app/autenticar?n=10493006-5244

SIGA

Parágrafo Oitavo– Sempre que houver alteração do valor do Contrato, de acordo com o art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021, a garantia será complementada no prazo de **7 (sete) dias úteis** do recebimento, pela CONTRATADA, do correspondente aviso, sob pena de aplicação das **sanções previstas neste Contrato**.

Parágrafo Nono – A garantia contratual só será liberada ou restituída com o integral cumprimento do Contrato, mediante ato liberatório da autoridade contratante, de acordo com **o art. 465 do RGCAF**.

4) **Caso seja utilizada garantia modalidade Caução Títulos Públicos (art. 96, § 1º, I, 2ª parte, da Lei Federal nº 14.133/2021):**

Parágrafo Quarto – A contratada entregará, até a data da assinatura do contrato, os Títulos da Dívida Pública emitidos na forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia ou órgão que o suceder, no Órgão responsável pela contratação, para aferição de sua legalidade, registro e anexação ao processo de contratação.

Parágrafo Quinto – Sempre que houver alteração do valor do Contrato, de acordo com o art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021, a garantia será complementada no prazo de **7 (sete) dias úteis** do recebimento, pela CONTRATADA, do correspondente aviso, sob pena de aplicação das **sanções previstas neste Contrato**.

Parágrafo Sexto – A garantia contratual só será liberada ou restituída com o integral cumprimento do Contrato, mediante ato liberatório da autoridade contratante, de acordo com **o art. 465 do RGCAF**.

CLÁUSULA DÉCIMA – PRAZO

A contratação terá eficácia a partir da data da publicação do instrumento correspondente no Portal Nacional de Contratações Públicas e vigorará por **24 (vinte e quatro)** ***meses*** contados a partir de 26/05/2025 a 25/05/2027, desta ou da data estabelecida no memorando

Assinado com senha por JORGE LUIZ MEDEIROS ROCHA - ASSESSOR II / 31471 - 26/05/2025 às 17:00:52, MARIA CAROLINA MAIA PACHECO BARBALHO - Testemunha 2 / 44017 - 26/05/2025 às 17:43:59 e ROBERTA LOPES MAGALHAES DE MATOS - Testemunha 1 / 44017 - 26/05/2025 às 18:31:54.
Documento Nº: 10493006-5244 - consulta à autenticidade em https://acesso.processo.rio/sigaex/public/app/autenticar?n=10493006-5244

SIGA

de início, se houver.

Parágrafo Primeiro – O prazo de execução dos serviços poderá ser prorrogado ou alterado nos termos daLei Federal nº 14.133/2021.

Parágrafo Segundo – No caso de serviços e fornecimentos contínuos, o contrato poderá ser prorrogado na forma dos arts. 107 e 106, §2º, da Lei Federal nº 14.133/2021, e das demais normas aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

São obrigações da CONTRATADA:

I – prestar os serviços de acordo com todas as exigências contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;

II – tomar as medidas preventivas necessárias para evitar danos a terceiros, em consequência da execução dostrabalhos;

III – responsabilizar–se integralmente pelo ressarcimento de quaisquer danos e prejuízos, de qualquer natureza, que causar ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes da execução do objeto deste Contrato, respondendo por si, seus empregados, prepostos e sucessores, independentemente das medidas preventivas adotadas;

IV – atender às determinações e exigências formuladas peloCONTRATANTE;

V – reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, por sua conta e responsabilidade, os serviços recusados pelo CONTRATANTE no prazo determinado pelaFiscalização;

VI – responsabilizar–se, na forma do Contrato, por todos os ônus, encargos e obrigações comerciais, sociais, tributárias, trabalhistas e previdenciárias, ou quaisquer outras previstas na legislação em vigor, bem como por todos os gastos e encargos com material e mão–de–obra necessária à completa realização dos serviços até o seu término:

a) em caso de ajuizamento de ações trabalhistas em face da CONTRATADA, decorrentes da execução do presente Contrato, com a inclusão do Município do Rio de Janeiro ou de entidade da Administração Pública indireta como responsável subsidiário ou solidário, o CONTRATANTE poderá reter, das parcelas vincendas, o montante dos valores cobrados, que serão complementados a qualquer tempo com nova retenção em caso deinsuficiência;

b) no caso da existência de débitos tributários ou previdenciários, decorrentes da

Assinado com senha por JORGE LUIZ MEDEIROS ROCHA - ASSESSOR II / 31471 - 26/05/2025 às 17:00:52, MARIA CAROLINA MAIA PACHECO BARBALHO - Testemunha 2 / 44017 - 26/05/2025 às 17:43:59 e ROBERTA LOPES MAGALHAES DE MATOS - Testemunha 1 / 44017 - 26/05/2025 às 18:31:54.
Documento Nº: 10493006-5244 - consulta à autenticidade em https://acesso.processo.rio/sigaex/public/app/autenticar?n=10493006-5244

SIGA

execução do presente Contrato, que possam ensejar responsabilidade subsidiária ou solidária do CONTRATANTE, as parcelas vincendas poderão ser retidas até o montante dos valores cobrados, que serão complementados a qualquer tempo com nova retenção em caso deinsuficiência;

c) as retenções previstas nas alíneas "a" e "b" poderão ser realizadas tão logo tenha ciência o Município do Rio de Janeiro ou o CONTRATANTE da existência de ação trabalhista ou de débitos tributários e previdenciários e serão destinadas ao pagamento das respectivas obrigações caso o Município do Rio de Janeiro ou entidade da Administração Pública indireta sejam compelidos a tanto, administrativa ou judicialmente, não cabendo, em nenhuma hipótese, ressarcimento à CONTRATADA;

d) eventuais retenções previstas nas alíneas "a" e "b" somente serão liberadas pelo CONTRATANTE se houver justa causa devidamentefundamentada.

VII – responsabilizar–se, na forma do Contrato, pela qualidade dos serviços executados e dos materiais empregados, em conformidade com as especificações do Projeto Básico/Termo de Referência, com as normas da **Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT**, e demais normas técnicas pertinentes, a ser atestada pela Secretaria Municipal de Saúde, assim como pelo refazimento do serviço e a substituição dos materiais recusados, sem ônus para o(a) CONTRATANTE e sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis;

VIII – manter as condições de habilitação e qualificação exigidas para a celebração do contrato durante todo prazo de execução contratual;

IX – responsabilizar–se inteira e exclusivamente pelo uso regular de marcas, patentes, registros, processos e licenças relativas à execução deste Contrato, eximindo o CONTRATANTE das consequências de qualquer utilização indevida;

X – observar o disposto no Decreto Municipal nº 27.715/07 e suas alterações posteriores, no que couber;

XI – nas contratações de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, para assegurar o cumprimento de obrigações trabalhistas, aquiescer à adoção, entre outras medidas, a serem adotadas pela Administração **no momento da contratação**:

a) condicionamento o pagamento à comprovação de quitação das obrigações trabalhistas vencidas relativas ao contrato;

b) depósito de valores em conta vinculada;

Assinado com senha por JORGE LUIZ MEDEIROS ROCHA - ASSESSOR II / 31471 - 26/05/2025 às 17:00:52, MARIA CAROLINA MAIA PACHECO BARBALHO - Testemunha 2 / 44017 - 26/05/2025 às 17:43:59 e ROBERTA LOPES MAGALHAES DE MATOS - Testemunha 1 / 44017 - 26/05/2025 às 18:31:54.
Documento Nº: 10493006-5244 - consulta à autenticidade em https://acesso.processo.rio/sigaex/public/app/autenticar?n=10493006-5244

SIGA

c) em caso de inadimplemento, o pagamento das verbas trabalhistas aos seus titulares, que serão deduzidas do pagamento devido ao contratado;

d) estabelecimento de que os valores destinados a férias, a décimo terceiro salário, a ausências legais e a verbas rescisórias dos empregados do contratado que participarem da execução dos serviços contratados serão pagos pelo contratante ao contratado somente na ocorrência do fato gerador.

XII – nas contratações de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, apresentar quando, solicitado pela Administração, sob pena de multa, comprovação do cumprimento das obrigações trabalhistas e com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) em relação aos empregados diretamente envolvidos na execução do contrato, em especial quanto ao:

a) registro de ponto;

b) recibo de pagamento de salários, adicionais, horas extras, repouso semanal remunerado e décimo terceiro salário;

c) comprovante de depósito do FGTS;

d) recibo de concessão e pagamento de férias e do respectivo adicional;

e) recibo de quitação de obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados dispensados até a data da extinção do contrato;

f) recibo de pagamento de vale–transporte e vale–alimentação, na forma prevista em norma coletiva.

XIII – nas contratações de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, autorizar a Administração CONTRATANTE a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando estes não forem adimplidos;

XIV – cumprir durante toda a execução do contrato as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

XV – manter hígidas as garantias contratuais até o recebimento definitivo do objeto do contrato;

XVI – se comprometer a não subcontratar pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira,

Assinado com senha por JORGE LUIZ MEDEIROS ROCHA - ASSESSOR II / 31471 - 26/05/2025 às 17:00:52, MARIA CAROLINA MAIA PACHECO BARBALHO - Testemunha 2 / 44017 - 26/05/2025 às 17:43:59 e ROBERTA LOPES MAGALHAES DE MATOS - Testemunha 1 / 44017 - 26/05/2025 às 18:31:54.
Documento Nº: 10493006-5244 - consulta à autenticidade em https://acesso.processo.rio/sigaex/public/app/autenticar?n=10493006-5244

SIGA

trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

XVII – informar endereço(s) eletrônico(s) para comunicação e recebimento de notificações e intimações, inclusive para fim de eventual citação judicial;

XVIII – comprovar o cadastramento de seu endereço eletrônico perante os órgãos do Poder Judiciário, mantendo seus dados atualizados para fins de eventual recebimento de citações e intimações;

XIX – entregar o Questionário Eletrônico de Integridade e Transparência devidamente preenchido, conforme o parágrafo único do art. 7º do Decreto Rio nº 49.415/2021;

XX - observar as vedações contidas no Decreto Rio nº 51.260/2022, que dispõe sobre a obrigatoriedade de observância dos princípios e regras de integridade pública por parte dos agentes públicos do Poder Executivo do Município do Rio de Janeiro;

XXI – comprovar a implantação de programa de integridade nas contratações de obras, serviços e fornecimentos de grande vulto, de que trata o § 4º do art. 25 da Lei Federal nº 14.133/2021;

XXII – efetuar a retenção na fonte do imposto de renda sobre os pagamentos feitos às pessoas físicas e jurídicas, com base na Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras, observando a alíquota aplicável e o procedimento disposto no Decreto Rio nº 49.593, de 18 de outubro de 2021, e alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

São obrigações do CONTRATANTE:

I – Realizar os pagamentos na forma e condições previstas neste Contrato;

II – Realizar a fiscalização do objeto contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – RECEBIMENTO DO OBJETO DO CONTRATO.

O recebimento do objeto do contrato previsto na CLÁUSULA SEGUNDA se dará mediante a avaliação de servidores designados pela Secretaria Municipal de Saúde, na forma do art. 501 do RGCAF, que constatarão se o objetoentregueatende a todas as

Assinado com senha por JORGE LUIZ MEDEIROS ROCHA - ASSESSOR II / 31471 - 26/05/2025 às 17:00:52, MARIA CAROLINA MAIA PACHECO BARBALHO - Testemunha 2 / 44017 - 26/05/2025 às 17:43:59 e ROBERTA LOPES MAGALHAES DE MATOS - Testemunha 1 / 44017 - 26/05/2025 às 18:31:54.
Documento Nº: 10493006-5244 - consulta à autenticidade em https://acesso.processo.rio/sigaex/public/app/autenticar?n=10493006-5244

SIGA

especificações contidas no Termo de Referência (Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 90447/204).

Parágrafo Primeiro – O objeto do presente contrato será recebido em tantas parcelas quantas forem as relativas ao pagamento.

Parágrafo Segundo – Os serviços prestados em desacordo com a especificação do Edital e seus Anexos, e da Proposta deverão ser recusados pela Comissão responsável pela fiscalização do contrato, que anotará em registro próprio as ocorrências e determinará o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. No que exceder à sua competência, comunicará o fato à autoridade superior, em 5 (cinco) dias, para ratificação.

Parágrafo Terceiro – Na hipótese de recusa de aceitação, a CONTRATADA deverá reexecutar os serviços não aceitos, em prazo a ser estabelecido pela CONTRATANTE, passando a contar os prazos para pagamento e demais compromissos do CONTRATANTE da data da efetiva aceitação. Caso a CONTRATADA não reexecute os serviços não aceitos no prazo assinado, a CONTRATANTE se reserva o direito de providenciar a sua execução às expensas da CONTRATADA, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – FORÇA MAIOR E CASO FORTUITO

Os motivos de força maior ou caso fortuito que possam impedir a CONTRATADA de cumprir as etapas e o prazo do Contrato deverão ser alegados oportunamente, mediante requerimento protocolado. Não serão consideradas quaisquer alegações baseadas em ocorrências não comunicadas e nem aceitas pela Fiscalização nas épocas oportunas. Os motivos de força maior e caso fortuito poderão autorizar a suspensão da execução do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO

É facultado ao CONTRATANTE suspender a execução do Contrato e a contagem dos prazos mediante justificativas.

Assinado com senha por JORGE LUIZ MEDEIROS ROCHA - ASSESSOR II / 31471 - 26/05/2025 às 17:00:52, MARIA CAROLINA MAIA PACHECO BARBALHO - Testemunha 2 / 44017 - 26/05/2025 às 17:43:59 e ROBERTA LOPES MAGALHAES DE MATOS - Testemunha 1 / 44017 - 26/05/2025 às 18:31:54.
Documento Nº: 10493006-5244 - consulta à autenticidade em https://acesso.processo.rio/sigaex/public/app/autenticar?n=10493006-5244

SIGA

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Pelo descumprimento total ou parcial do Contrato, a Secretaria Municipal de Saúde poderá, sem prejuízo responsabilidade civil e criminal que couber, aplicar as seguintes **sanções**, previstas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021 e no art. 589 do RGCAF:

(a) **Advertência;**

(b) **Multa;**

(c) **Impedimento de licitar e contratar, pelo prazo de até 3 (três) anos;**

(d) **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.**

Parágrafo Primeiro – A aplicação da sanção prevista na alínea "b" observará os seguintes parâmetros:

1) 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia útil sobre o valor da parcela em atraso do Contrato, em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia útil e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não–aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

2) 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela em atraso do Contrato, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem anterior ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

3) 0,5% (meio por cento) até 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato ou do saldo não atendido do Contrato, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

4) 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do Contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, abaixo; e

5) 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do Contrato por dia útil de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias úteis autorizará o CONTRATANTE a promover a rescisão do Contrato.

6) As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

7) Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Assinado com senha por JORGE LUIZ MEDEIROS ROCHA - ASSESSOR II / 31471 - 26/05/2025 às 17:00:52, MARIA CAROLINA MAIA PACHECO BARBALHO - Testemunha 2 / 44017 - 26/05/2025 às 17:43:59 e ROBERTA LOPES MAGALHAES DE MATOS - Testemunha 1 / 44017 - 26/05/2025 às 18:31:54.
Documento Nº: 10493006-5244 - consulta à autenticidade em https://acesso.processo.rio/sigaex/public/app/autenticar?n=10493006-5244

SIGA

	TABELA 1
GRAU	**CORRESPONDÊNCIA**
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

TABELA 2		
INFRAÇÃO		
ITEM	**DESCRIÇÃO**	**GRAU**
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar–se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
Para os itens a seguir, deixar de:		
5	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
6	Substituir empregado alocado que não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir quaisquer dos itens do Contrato e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente	03

Assinado com senha por JORGE LUIZ MEDEIROS ROCHA - ASSESSOR II / 31471 - 26/05/2025 às 17:00:52, MARIA CAROLINA MAIA PACHECO BARBALHO - Testemunha 2 / 44017 - 26/05/2025 às 17:43:59 e ROBERTA LOPES MAGALHAES DE MATOS - Testemunha 1 / 44017 - 26/05/2025 às 18:31:54.
Documento Nº: 10493006-5244 - consulta à autenticidade em https://acesso.processo.rio/sigaex/public/app/autenticar?n=10493006-5244

SIGA

	notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	
8	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no Contrato;	01

Parágrafo Segundo – As sanções somente serão aplicadas após o decurso do prazo para apresentação de defesa prévia do interessado no respectivo processo, no prazo de 15 (quinze) diasúteis, observadas as demais formalidades legais.

Parágrafo Terceiro – As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d" do caput desta Cláusula poderão ser aplicadas juntamente com aquela prevista nas alíneas "b", e não excluem a possibilidade de rescisão unilateral do Contrato.

Parágrafo Quarto – As multas deverão ser recolhidas no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da ciência da aplicação da penalidade ou da publicação no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro – D.O. RIO do ato que as impuser.

Parágrafo Quinto – As multas aplicadas poderão ser compensadas com valores devidos à CONTRATADA mediante requerimento expresso nessesentido.

Parágrafo Sexto – Se, no prazo previsto nesta Cláusula, não for feita a prova do recolhimento da multa, promover-se-ão as medidas necessárias ao seu desconto da garantia prestada, mediante despacho regular da autoridade contratante.

Parágrafo Sétimo – Se a multa aplicada for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

Parágrafo Oitavo – Nos casos em que o valor da multa venha a ser descontado da garantia, o valor desta deverá ser recomposto em **48 (quarenta e oito) horas**, sob pena de rescisão administrativa do Contrato.

Parágrafo Nono – Ressalvada a hipótese de existir requerimento de compensação

Assinado com senha por JORGE LUIZ MEDEIROS ROCHA - ASSESSOR II / 31471 - 26/05/2025 às 17:00:52, MARIA CAROLINA MAIA PACHECO BARBALHO - Testemunha 2 / 44017 - 26/05/2025 às 17:43:59 e ROBERTA LOPES MAGALHAES DE MATOS - Testemunha 1 / 44017 - 26/05/2025 às 18:31:54.
Documento Nº: 10493006-5244 - consulta à autenticidade em https://acesso.processo.rio/sigaex/public/app/autenticar?n=10493006-5244

SIGA

devidamente formalizado, o CONTRATANTE suspenderá, observado o contraditório e ampla defesa, os pagamentos devidos à CONTRATADA até a comprovação do recolhimento da multa ou da prova de sua relevação por ato da Administração, bem como até a recomposição do valor original da garantia, que tenha sido descontado em virtude de multa imposta, salvo decisão fundamentada da autoridade competente que autorize o prosseguimento do processo de pagamento.

Parágrafo Décimo – Se a CONTRATANTE verificar que o valor da garantia e/ou o valor dos pagamentos ainda devidos são suficientes à satisfação do valor da multa, o processo de pagamento retomará o seu curso.

Parágrafo Décimo Primeiro – As multas eventualmente aplicadas com base **na alínea "b" do caput desta Cláusula** não possuem caráter compensatório, e, assim, o pagamento delas não eximirá a CONTRATADA de responsabilidade pelas perdas e danos decorrentes das infraçõescometidas.

Parágrafo Décimo Segundo – A aplicação das sanções estabelecidas nas alíneas "a", "b" e "c"docaputdestaCláusulaédacompetênciado(a)_____[*setor competente do órgão ou entidade contratante*] e a da alínea "d" é da competência exclusiva do titular do órgão ou autoridade máxima daentidade CONTRATANTE _____ [*Secretário Municipal da Secretaria por meio da qual celebrado o contrato ou a que vinculada a entidadecontratante*].

Parágrafo Décimo Terceiro – A aplicação das sanções previstas nesta cláusula não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

Parágrafo Décimo Quarto – A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado,

Assinado com senha por JORGE LUIZ MEDEIROS ROCHA - ASSESSOR II / 31471 - 26/05/2025 às 17:00:52, MARIA CAROLINA MAIA PACHECO BARBALHO - Testemunha 2 / 44017 - 26/05/2025 às 17:43:59 e ROBERTA LOPES MAGALHAES DE MATOS - Testemunha 1 / 44017 - 26/05/2025 às 18:31:54.
Documento Nº: 10493006-5244 - consulta à autenticidade em https://acesso.processo.rio/sigaex/public/app/autenticar?n=10493006-5244

SIGA

observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – RECURSOS

A CONTRATADA poderá apresentar:

a) **Recurso** a ser interposto perante a autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, no prazo de **15 (quinze) dias úteis)**contados da intimação da aplicação das penalidades estabelecidas nas alíneas "a", "b", "c" e "d" do caput da Cláusula anterior;

b) **Recurso** a ser interposto perante a autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, no prazo de **3(três) dias úteis)**contados da intimação da extinção do contrato quando promovido por ato unilateral e escrito da Administração;

c) **Pedido de Reconsideração** no prazo de**15 (quinze) dias úteis**contados da ciência da aplicação da penalidade estabelecida na alínea "e" do caput da Cláusula anterior;

Parágrafo único – Os recursos a que aludem as **alíneas "a" e "b"** do caput da presente Cláusula serão dirigidos à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar a decisão recorrida, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior para decisão.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – EXTINÇÃO

O CONTRATANTE poderá extinguir administrativamente o Contrato, por ato unilateral, na ocorrência das hipóteses previstas no art. 529, do RGCAF, e no art. 137, incisos I a IX, da Lei Federal nº 14.133/2021, mediante decisão fundamentada, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e observado o art. 138, § 2º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Parágrafo Primeiro – A extinção operará seus efeitos a partir da publicação do ato administrativo no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

Parágrafo Segundo – Extinto o Contrato, a CONTRATANTE assumirá imediatamente o seu objeto no local e no estado em que a sua execução se encontrar.

Parágrafo Terceiro – Na hipótese de extinção por culpa da contratada, a

Assinado com senha por JORGE LUIZ MEDEIROS ROCHA - ASSESSOR II / 31471 - 26/05/2025 às 17:00:52, MARIA CAROLINA MAIA PACHECO BARBALHO - Testemunha 2 / 44017 - 26/05/2025 às 17:43:59 e ROBERTA LOPES MAGALHAES DE MATOS - Testemunha 1 / 44017 - 26/05/2025 às 18:31:54.
Documento Nº: 10493006-5244 - consulta à autenticidade em https://acesso.processo.rio/sigaex/public/app/autenticar?n=10493006-5244

SIGA

CONTRATADA, além das demais sanções cabíveis, ficará sujeita à **multa** de até 20% (vinte por cento) calculada sobre o saldo reajustado do Contrato, ou, ainda, sobre o valor do Contrato, conforme o caso, na forma da Cláusula Terceira e da Cláusula Décima Sexta, caput, alínea "c", deste Contrato.

Parágrafo Quarto – A **multa** referida no parágrafo anterior não tem caráter compensatório e será descontada do valor da garantia. Se a garantia for insuficiente, o débito remanescente, inclusive o decorrente de penalidades anteriormente aplicadas, poderá ser compensado com eventuais créditos devidos pelo CONTRATANTE.

Parágrafo Quinto – Nos casos de extinçãocom culpa exclusiva da CONTRATANTE, deverão ser promovidos:

(a) a devolução dagarantia;

(b) os pagamentos devidos pela execução do Contrato até a data daextinção;

(c) o pagamento do custo de desmobilização, caso haja;

(d) o ressarcimento dos prejuízos comprovadamentesofridos.

Parágrafo Sexto – Na hipótese de extinção do Contrato por culpa da CONTRATADA, esta somente terá direito ao valor das faturas relativas às parcelas do objeto efetivamente adimplidas até a data da rescisão do Contrato, após a compensação prevista no parágrafo quarto desta Cláusula.

Parágrafo Sétimo – No caso de extinção amigável, esta será reduzida a termo, tendo a CONTRATADA direito aos pagamentos devidos pela execução do Contrato, conforme atestado em laudo da comissão especial designada para esse fim e à devolução da garantia.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – SUBCONTRATAÇÃO

A CONTRATADA não poderá subcontratar, nem ceder sem a prévia e expressa anuênciado CONTRATANTE e sempre mediante instrumento próprio, a ser publicado na imprensaoficial.

Parágrafo Único – A SUBCONTRATADA será solidariamente responsável com a CONTRATADA por todas as obrigações legais e contratuais decorrentes do objeto do

Assinado com senha por JORGE LUIZ MEDEIROS ROCHA - ASSESSOR II / 31471 - 26/05/2025 às 17:00:52, MARIA CAROLINA MAIA PACHECO BARBALHO - Testemunha 2 / 44017 - 26/05/2025 às 17:43:59 e ROBERTA LOPES MAGALHAES DE MATOS - Testemunha 1 / 44017 - 26/05/2025 às 18:31:54.
Documento Nº: 10493006-5244 - consulta à autenticidade em https://acesso.processo.rio/sigaex/public/app/autenticar?n=10493006-5244

SIGA

Contrato, nos limites da subcontratação, inclusive as de natureza trabalhista e previdenciária.

CLÁUSULA VISÉGIMA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos necessários à execuçãodos serviçosora contratados correrão à conta do Programa de Trabalho 20.1803.10.126.0380.2790, Código de Despesa 339040, tendo sido empenhada a importânciade R$ 163.797,10 (Cento e sessenta e três mil, Setecentos e noventa e sete reais e Dez centavos), por meio da Nota de Empenho nº 2025NE001143, ficando o restante a ser empenhado à conta do orçamento do próximo exercício.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA– FORO

Fica eleito o Foro Central da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato, renunciando as partes desde já a qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – PUBLICAÇÃO

O CONTRATANTE promoverá a publicação do extrato deste instrumento no Diário Oficial do Município no prazo estabelecido noart. 441 do RGCAF, além da divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), nos termos do art. 94 da Lei Federal nº 14.133/2021, às expensas da CONTRATADA.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

O CONTRATANTE providenciará a remessa de cópias autênticas do presente instrumento ao Tribunal de Contas do Município na forma da legislaçãoaplicável.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – DISPOSIÇÕES FINAIS

a) A CONTRATADA se obriga a manter, durante todo o período de execução do Contrato, as condições de habilitação jurídica, qualificação técnica, qualificação econômico–financeira, regularidade fiscal e regularidade trabalhista exigidas no Edital por meio do qual foi licitada a aquisição objeto do presente instrumento e o teor da sua proposta de

Assinado com senha por JORGE LUIZ MEDEIROS ROCHA - ASSESSOR II / 31471 - 26/05/2025 às 17:00:52, MARIA CAROLINA MAIA PACHECO BARBALHO - Testemunha 2 / 44017 - 26/05/2025 às 17:43:59 e ROBERTA LOPES MAGALHAES DE MATOS - Testemunha 1 / 44017 - 26/05/2025 às 18:31:54.
Documento Nº: 10493006-5244 - consulta à autenticidade em https://acesso.processo.rio/sigaex/public/app/autenticar?n=10493006-5244

SIGA

preço, sob pena de rescisão do Contrato;

b) Fazem parte do presente contrato as prerrogativas constantes do art. 104 da Lei Federal nº 14.133/2021.

c) Na contagem dos prazos, é excluído o dia de início e incluído o do vencimento, e considerar–se–ão os dias consecutivos, salvo disposição em contrário. Os prazos somente se iniciam e vencem em dias de expedienteno CONTRATANTE.

E por estarem justos e acordados, assinam o presenteem 3 (Três) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, que também oassinam.

Rio de Janeiro, 26 de maio de 2025.

JORGE LUIZ MEDEIROS ROCHA
Subsecretaria de Gestão
Assessor Especial Substituto do Subsecretário de gestão
Matrícula: 11/226.802-7
Secretaria Municipal de Saúde

GUSTAVO DOMINGOS DA CUNHA LOPES:02708002473
Assinado de forma digital por GUSTAVO DOMINGOS DA CUNHA LOPES:02708002473
Dados: 2025.05.26 13:56:04 -03'00'

GUSTAVO DOMINGOS DA CUNHA LOPES
Representante Legal
Data Corpore Serviços de Telecomunicações e Informatica Ltda
CNPJ: 08.210.265/0001-26

Testemunha
(Nome, cargo, matrícula e lotação)

Testemunha
(Nome, cargo, matrícula e lotação)

Assinado com senha por JORGE LUIZ MEDEIROS ROCHA - ASSESSOR II / 31471 - 26/05/2025 às 17:00:52, MARIA CAROLINA MAIA PACHECO BARBALHO - Testemunha 2 / 44017 - 26/05/2025 às 17:43:59 e ROBERTA LOPES MAGALHAES DE MATOS - Testemunha 1 / 44017 - 26/05/2025 às 18:31:54.
Documento Nº: 10493006-5244 - consulta à autenticidade em https://acesso.processo.rio/sigaex/public/app/autenticar?n=10493006-5244

SIGA

PREFEITURA RIO | Saúde

ANEXO I

Empresa: Data Corpore Serviços de Telecomunicações e Informática Ltda
Endereço:Rua D Geraldo, 35, sala 601, 602 e 117, Centro – Rio de Janeiro/RJ
CNPJ:08.210.265/0001-26

Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de acesso a internet e intranet para as diversas unidades da SMS, devidamente descritos, caracterizados e especificados no Termo de Referência (Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico nº 90447/2024), na forma abaixo descrita:

Unidade administrativa	Endereço	Numero	Complemento	Bairro	Cep	TIPO	item	ATA	Velocidade
SMS CMS MILTON PONTES MAGARÃO AP 32	AV AMARO CAVALCANTI	1987		ENGENHO DE DENTRO		2	10	562/24	500mb
SMS CMS MÁRIO GOTO AP 51	AV CARLOS PONTES	S/N		JARDIM SULACAP		2	10	562/24	500mb
SMS CAPS SINÃO BACAMARTE AP 53	SENADOR CAMARA	226		SANTA CRUZ		2	10	562/24	500mb
SMS CMS CARMELA DUTRA AP 33	AV DOS ITALIANOS	480		ROCHA MIRANDA		2	10	562/24	500mb
SMS CMS HAMILTON LAND AP 40	AV EDGARD ARENECC	1801	CIDADE DE DEUS	CIDADE DE DEUS		2	10	562/24	500mb
SMS CMS OSWALDO CRUZ AP 10	AV HENRIQUE VALADARES	351		CENTRO		2	10	562/24	500mb
SMS CAPS AD MARIE GARRENCIA AP 32	RUA JURUPARI	8		TIJUCA		2	10	562/24	500mb
SMS CMS JOAO CANDIDO AP 31	AV LOBO JR	93		PENHA CIRCULAR		2	10	562/24	500mb
SMS CMS PINDARO DE CARVALHO RODRIGUES AP 21	AV PADRE LEONEL FRANCA	S/N		GAVEA		2	10	562/24	500mb
SMS CMS RAUL BARROSO AP 52	AV ROBERTO BURLE MAX	S/N		GUARATIBA		2	10	562/24	500mb
SMS CAPS III MAURICIO DE SOUSA AP 21	AVENIDA VENCESLAU BRAS	65	FUNDOS	BOTAFOGO		2	10	562/24	500mb
SMS CAPS PACHECHA GENTILEZA AP 52	ESTRADA DE IGUABA	849		IGUABA		2	10	562/24	500mb
SMS CAPS JOÃO DE BARRO AP 52	ESTRADA DO CAMPINHO	S/N	SANTA MARGARIDA	CAMPO GRANDE		2	10	562/24	500mb
SMS COVER ESTÃO REGULADOR DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO	PRAÇA DA REPUBLICA	211	ANEXO HYPOLITA AGUIAR	CENTRO		2	10	562/24	500mb
SMS CMS ADAO PEREIRA NUNES AP 52	RUA FLORESTAL	S/N		IGUABA		2	10	562/24	500mb
SMS CMS AGUINA TORRES AP 52	ESTRADA DE IGUABA	849	A	IGUABA		2	10	562/24	500mb
SMS CMS ALBERTO BORGERTH AP 33	RUA PADRE MANSO	S/N		MADUREIRA		2	10	562/24	500mb
SMS CMS ALEXANDER FLEMING AP 53	RUA MARIANA	S/N	PRAÇA DA TROPA	SENADOR CAMARA		2	10	562/24	500mb
SMS CMS AMERICO VELOSO AP 33	RUA GERSON FERREIRA	100		RAMOS		2	10	562/24	500mb
SMS CMS ARIADNE LOPES DE MENEZES AP 52	RUA ENG CARLOS GONCALVES PEIXOTA	S/N		ENGENHO DA RAINHA		2	10	562/24	500mb
SMS CMS CARLOS GENTILE DE MELLO AP 32	RUA ICUIBA	181		ENGENHO NOVO		2	10	562/24	500mb
SMS CMS CECILIA BONFANGELO AP 40	ESTRADA DOS BANDEIRANTES	25136		VARGEM PEQUENA		2	10	562/24	500mb
SMS CMS CESAR PERNESTA AP 32	RUA ANA BARBOSA	21		MIER		2	10	562/24	500mb
SMS CMS DR ETHEL PINHEIRO DE OLIVEIRA LIMA AP 56	ESTRADA DO TABUAL	S/N	RUA M CTM RJAC	SENADOR CAMARA		2	10	562/24	500mb
SMS CMS DR MARIO RODRIGUES CID AP 52	RUA MATURIA	S/N	SANTA MARGARIDA	COSMOS		2	10	562/24	500mb
SMS CMS DR OSVALDO VILELLA AP 52	ESTRADA DE IGUABA	S/N	SANTA INES	CAMPO GRANDE		2	10	562/24	500mb
SMS CMS EDGARD MAGALHAES GOMES AP 52	PRAÇA FILOMENA CARLOS MAGNO	0		IGUABA		2	10	562/24	500mb
SMS CMS EDUARDO A MEDEIROS AP 32	RUA JOSE DOS REIS	951		PILARES		2	10	562/24	500mb
SMS CMS ERNANI AGRICOLA AP 10	RUA CONSTANTE JARDIM	8		SANTA TERESA		2	10	562/24	500mb
SMS CMS ERNESTO ZEFERINO TIBAU JR AP 30	AVENIDA DO EXERCITO	1		SAO CRISTOVAO		2	10	562/24	500mb
SMS CMS GABRIELA DE ALMEIDA AP 52	RUA GENERAL PAULO DE OLIVEIRA	226		CAMPO GRANDE		2	10	562/24	500mb
SMS CMS HARVEY RIBEIRO DE SOUZA FILHO AP 40	AVENIDA GLICERIO PAIVAS	138		RECREIO DOS BANDEIRA		2	10	562/24	500mb
SMS CMS HEITOR BELTRÃO AP 23	RUA DESEMBARGADOR ISIDRO	144		TIJUCA		2	10	562/24	500mb
SMS CMS JOÃO BARROS BARRETO AP 21	RUA TENENTE ARARIPE	S/N		COPACABANA		2	10	562/24	500mb
SMS CMS JORGE SALDANHA BANDEIRA DE MELLO AP 40	AVENIDA GEREMARIO DANTAS	335		TANQUE		2	10	562/24	500mb
SMS CMS MÁIA BITTENCOURT AP 52	ESTRADA DO MATO ALTO	5609		GUARATIBA		2	10	562/24	500mb
SMS CMS MANOEL DE ABREU AP 52	RUA PADRE JOSE GUALBERTO	1		SANTISSIMO		2	10	562/24	500mb
SMS CMS MANOEL JOSE FERREIRA AP 21	RUA SILVEIRA MARTINS	161		CATETE		2	10	562/24	500mb
SMS CMS MARCUCCIO CINDALI AP 10	RUA LAURA DE ARAUJO	36		CIDADE NOVA		2	10	562/24	500mb
SMS CMS MARIA AUGUSTA ESTRELLA AP 22	RUA VISCONDE DE SANTA ISABEL	58		VILA ISABEL		2	10	562/24	500mb
SMS CMS MARIO CRISTINA ROMA MULLER AP 31	RUA JOAQUIM GOMES	S/N		RAMOS		2	10	562/24	500mb
SMS CMS MÁRIO VITOR DE ASSIS PACHECO AP 52	AVENIDA CESÁRIO DE MELO	5580		IGUABA		2	10	562/24	500mb
SMS CMS NAGIB JORGE FARAH AP 21	PRAÇA SOLDADO MICHEL CHEB	S/N	PRAÇA CENTRAL DO JA	JARDIM AMERICA		2	10	562/24	500mb
SMS CMS NASCIMENTO GURGEL AP 33	RUA MERCURIO	S/N		PAVUNA		2	10	562/24	500mb
SMS CMS NECKER PINTO AP 31	ESTRADA RIO JEQUIA	428	ZUMBI	ZUMBI		2	10	562/24	500mb
SMS CMS PADRE MIGUEL AP 31	RUA SANTO EVALDO	S/N		PADRE MIGUEL		2	10	562/24	500mb
SMS CMS PEDRO SAVIA AP 52	RUA DO PENHAL/IGUABA	S/N		CAMPO GRANDE		2	10	562/24	500mb
SMS CMS RENATO BOCCO AP 32	RUA ARES DE CASAL	S/N		JACAREZINHO		2	10	562/24	500mb
SMS CMS SALLES NETTO AP 10	PRAÇA CONDESSA PAULO DE FRONTIN	52		RIO COMPRIDO		2	10	562/24	500mb
SMS CMS SÃO GODOFREDO AP 33	RUA SAO GODOFREDO	45		PENHA		2	10	562/24	500mb
SMS CMS VILA DO CEU AP 52	RUA GLAUCIA	69		COSMOS		2	10	562/24	500mb
SMS-CMS OSCAR CLARK AP 22	RUA GENERAL CAMABARRO	345		MARACANA		2	10	562/24	500mb
SMS CMS VITALINO FRANCO AP 51	PRAÇA CECILIA PEDRO	60		BANGU		2	10	562/24	500mb
SMS CMS WOODROW PIMENTEL PANTOJA AP 52	ESTRADA DO VIMIEIRO	4435		GUARATIBA		2	10	562/24	500mb
SMS CMS DOM HELDER CAMARA AP 21	RUA VOLUNTARIOS DA PATRIA	336		BOTAFOGO		2	10	562/24	500mb
SMS CMS JOSE MESSIAS DO CARMO AP 10	RUA WALDEMAR DUTRA	55		SANTO CRISTO		2	10	562/24	500mb
SMS CMS MANOEL ARTHUR VILLABOIM AP 10	PRAÇA BOM JESUS	40		PAQUETA		2	10	562/24	500mb
SMS CMS BELIZARIO PENNA AP 52	RUA FRANKLIN	28		CAMPO GRANDE		2	10	562/24	500mb
SMS CMS EUGENIO DE DEUS	ESTRADA ADHEMAR BEZERRA	339		INHAUMA		2	10	562/24	500mb
SMS CMS PAULINO WERNECK	ESTRADA DO CACUIA	745		COCOTA		2	10	562/24	500mb
SMS CMS DR MARIO RODRIGUES CID AP 52	RUA MATURIA	S/N	SANTA MARGARIDA	COSMOS		2	10	562/24	500mb
SMS CMS NECKER PINTO AP 31	ESTRADA RIO JEQUIA	428	ZUMBI	ZUMBI		2	10	562/24	500mb
SMS CMS JOSE MESSIAS DO CARMO AP 10	RUA WALDEMAR DUTRA	55		SANTO CRISTO		2	10	562/24	500mb
SMS CMS ARTHUR VILLABOIM AP 10	PRAÇA BOM JESUS	40		PAQUETA		2	10	562/24	500mb
COMPLEXO ZONA SUL	AVENIDA PASTEUR	64		BOTAFOGO		2	10	562/24	500mb
UNIDADE - HUMAITÁ	RUA MARIA EUGENIA	348		HUMAITÁ		2	10	562/24	500mb

Assinado com senha por JORGE LUIZ MEDEIROS ROCHA - ASSESSOR II / 31471 - 26/05/2025 às 17:00:52, MARIA CAROLINA MAIA PACHECO BARBALHO - Testemunha 2 / 44017 - 26/05/2025 às 17:43:59 e ROBERTA LOPES MAGALHAES DE MATOS - Testemunha 1 / 44017 - 26/05/2025 às 18:31:54.
Documento Nº: 10493006-5244 - consulta à autenticidade em https://acesso.processo.rio/sigaex/public/app/autenticar?n=10493006-5244

SIGA

PREFEITURA RIO | Saúde

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIZAÇÃO CIVIL E ADMINISTRATIVA

Para a execução deste instrumento jurídico, as partes declaram conhecer a Lei Federal no 12.846/2013, se comprometem a atuar de forma ética, íntegra, legal e transparente, e estão cientes de que não poderão oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta, indireta ou por meio de subcontratados ou terceiros, quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada.

Parágrafo primeiro – A responsabilização da pessoa jurídica subsiste nas hipóteses de alteração contratual, transformação, incorporação, fusão ou cisão societária, ressalvados os atos lesivos ocorridos antes da data da fusão ou incorporação, quando a responsabilidade da sucessora será restrita à obrigação de pagamento de multa e reparação integral do dano causado, até o limite do patrimônio transferido.

Parágrafo segundo – As sociedades controladoras, controladas, coligadas ou, no âmbito do respectivo contrato, as consorciadas serão solidariamente responsáveis pela prática dos atos previstos nesta Lei, restringindo-se tal responsabilidade à obrigação de pagamento de multa e reparação integral do dano causado.

Rio de Janeiro, 26 de maio de 2025.

JORGE LUIZ MEDEIROS ROCHA
Subsecretaria de Gestão
Assessor Especial Substituto do Subsecretário de gestão
Matrícula: 11/226.802-7
Secretaria Municipal de Saúde

Assinado com senha por JORGE LUIZ MEDEIROS ROCHA - ASSESSOR II / 31471 - 26/05/2025 às 17:00:52, MARIA CAROLINA MAIA PACHECO BARBALHO - Testemunha 2 / 44017 - 26/05/2025 às 17:43:59 e ROBERTA LOPES MAGALHAES DE MATOS - Testemunha 1 / 44017 - 26/05/2025 às 18:31:54.
Documento Nº: 10493006-5244 - consulta à autenticidade em https://acesso.processo.rio/sigaex/public/app/autenticar?n=10493006-5244

SIGA

PREFEITURA RIO | Saúde

GUSTAVO DOMINGOS DA CUNHA LOPES:02708002473

Assinado de forma digital por GUSTAVO DOMINGOS DA CUNHA LOPES:02708002473
Dados: 2025.05.26 13:56:18 -03'00'

GUSTAVO DOMINGOS DA CUNHA LOPES
Representante Legal
Data Corpore Serviços de Telecomunicações e Informatica Ltda
CNPJ: 08.210.265/0001-26

Assinado com senha por JORGE LUIZ MEDEIROS ROCHA - ASSESSOR II / 31471 - 26/05/2025 às 17:00:52, MARIA CAROLINA MAIA PACHECO BARBALHO - Testemunha 2 / 44017 - 26/05/2025 às 17:43:59 e ROBERTA LOPES MAGALHAES DE MATOS - Testemunha 1 / 44017 - 26/05/2025 às 18:31:54.
Documento Nº: 10493006-5244 - consulta à autenticidade em https://acesso.processo.rio/sigaex/public/app/autenticar?n=10493006-5244

SIGA

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE RESERVA DE CARGOS DO ART. 63, IV, DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021

DATA CORPORE SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES E INFORMATICA LTDA
Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ nº 08.210.265/0001-26
Rua D Gerardo 35, Sala 601, 602, Centro – Rio de Janeiro/RJ

Considerando o disposto no inciso IV do art. 63 da Lei Federal nº 14.133/2021, DECLARAMOS que cumprimos as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

Rio de Janeiro, 26 de maio de 2025.

GUSTAVO DOMINGOS DA CUNHA LOPES:02708002473

Assinado de forma digital por GUSTAVO DOMINGOS DA CUNHA LOPES:02708002473
Dados: 2025.05.26 14:29:23 -03'00'

GUSTAVO DOMINGOS DA CUNHA LOPES
Representante Legal
Data Corpore Serviços de Telecomunicações e Informatica Ltda
CNPJ: 08.210.265/0001-26

Assinado com senha por JORGE LUIZ MEDEIROS ROCHA - ASSESSOR II / 31471 - 26/05/2025 às 17:00:52, MARIA CAROLINA MAIA PACHECO BARBALHO - Testemunha 2 / 44017 - 26/05/2025 às 17:43:59 e ROBERTA LOPES MAGALHAES DE MATOS - Testemunha 1 / 44017 - 26/05/2025 às 18:31:54.
Documento Nº: 10493006-5244 - consulta à autenticidade em https://acesso.processo.rio/sigaex/public/app/autenticar?n=10493006-5244

SIGA

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE NEPOTISMO

Para a execução deste instrumento jurídico, a CONTRATADA, por meio de seu representante, declara não possuir em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como os ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente aos órgãos na linha hierárquica da área encarregada da contratação.

Rio de Janeiro, 26 de maio de 2025.

GUSTAVO DOMINGOS DA CUNHA LOPES:02708002473

Assinado de forma digital por GUSTAVO DOMINGOS DA CUNHA LOPES:02708002473
Dados: 2025.05.26 14:27:47 -03'00'

GUSTAVO DOMINGOS DA CUNHA LOPES
Representante Legal
Data Corpore Serviços de Telecomunicações e Informatica Ltda
CNPJ: 08.210.265/0001-26

Assinado com senha por JORGE LUIZ MEDEIROS ROCHA - ASSESSOR II / 31471 - 26/05/2025 às 17:00:52, MARIA CAROLINA MAIA PACHECO BARBALHO - Testemunha 2 / 44017 - 26/05/2025 às 17:43:59 e ROBERTA LOPES MAGALHAES DE MATOS - Testemunha 1 / 44017 - 26/05/2025 às 18:31:54.
Documento Nº: 10493006-5244 - consulta à autenticidade em https://acesso.processo.rio/sigaex/public/app/autenticar?n=10493006-5244
SIGA

DATACORPORE

ANEXO V

DECLARAÇÃO REF. AO DECRETO RIO Nº 23.445/2003

A DATA CORPORE SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES E INFORMATICA LTDA, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ sob o nº 08.210.265/0001-26, por intermédio de sua representante legal o Sr. Gustavo Domingos da Cunha Lopes, portador da carteira de identidade nº 02.668.685-92 e inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF sob o nº 027.080.024-73, DECLARA para fins do disposto no inciso VI, do art. 68, da Lei Federal nº 14.133/2021, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: ( ) Emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.

Rio de Janeiro, 26 de maio de 2025.

GUSTAVO DOMINGOS DA CUNHA LOPES:02708002473

Assinado de forma digital por GUSTAVO DOMINGOS DA CUNHA LOPES:02708002473
Dados: 2025.05.26 14:28:22 -03'00'

GUSTAVO DOMINGOS DA CUNHA LOPES
Representante Legal
Data Corpore Serviços de Telecomunicações e Informatica Ltda
CNPJ: 08.210.265/0001-26

Rua Dom Gerardo 35 – Centro – Rio de Janeiro – RJ – 20090-030.
Telefone/fax: (55 21) 3513-9000 / 0800-940-3282 – e-mail: cobranca@datacorpore.com.br
Site: www.datacorpore.com.br

Assinado com senha por JORGE LUIZ MEDEIROS ROCHA - ASSESSOR II / 31471 - 26/05/2025 às 17:00:52, MARIA CAROLINA MAIA PACHECO BARBALHO - Testemunha 2 / 44017 - 26/05/2025 às 17:43:59 e ROBERTA LOPES MAGALHAES DE MATOS - Testemunha 1 / 44017 - 26/05/2025 às 18:31:54.
Documento Nº: 10493006-5244 - consulta à autenticidade em https://acesso.processo.rio/sigaex/public/app/autenticar?n=10493006-5244

SIGA

ANEXO VI

DECLARAÇÃO REF. ARTIGO 2º, PARÁGRAFO ÚNICO, DO DECRETO RIO Nº 19.381/2001 E ART. 9º, § 1º, DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021

DATA CORPORE SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES E INFORMATICA LTDA
Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ nº 08.210.265/0001-26
Rua D Gerardo 35, Sala 601, 602, Centro – Rio de Janeiro/RJ

DECLARAMOS, sob as penalidades cabíveis, que não participam dos nossos quadros funcionais profissional que tenha ocupado cargo integrante dos 1º e 2º escalões da Administração Direta ou Indireta do Município, nos últimos 12 (doze) meses, nos termos do parágrafo único do artigo 2º do Decreto Rio nº 19.381/01.

DECLARAMOS, de igual turno, sob as penalidades cabíveis, que não dispomos em nosso quadro societário de nenhum familiar de agente público vinculado direta ou indiretamente a unidades administrativas na linha hierárquica daquela encarregada da contratação, independentemente da modalidade adotada, nos termos do art. 7º do Decreto Rio nº 49.414/2021.

DECLARAMOS, ainda, que não participam de nossos quadros funcionais agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria.

Rio de Janeiro, 26 de maio de 2025.

GUSTAVO DOMINGOS DA CUNHA LOPES:02708002473
Assinado de forma digital por GUSTAVO DOMINGOS DA CUNHA LOPES:02708002473
Dados: 2025.05.26 14:28:50 -03'00'

GUSTAVO DOMINGOS DA CUNHA LOPES
Representante Legal
Data Corpore Serviços de Telecomunicações e Informatica Ltda
CNPJ: 08.210.265/0001-26

Rua Dom Gerardo 35 – Centro – Rio de Janeiro – RJ – 20090-030.
Telefone/fax: (55 21) 3513-9000 / 0800-940-3282 – e-mail: cobranca@datacorpore.com.br
Site: www.datacorpore.com.br

Assinado com senha por JORGE LUIZ MEDEIROS ROCHA - ASSESSOR II / 31471 - 26/05/2025 às 17:00:52, MARIA CAROLINA MAIA PACHECO BARBALHO - Testemunha 2 / 44017 - 26/05/2025 às 17:43:59 e ROBERTA LOPES MAGALHAES DE MATOS - Testemunha 1 / 44017 - 26/05/2025 às 18:31:54.
Documento Nº: 10493006-5244 - consulta à autenticidade em https://acesso.processo.rio/sigaex/public/app/autenticar?n=10493006-5244
SIGA